

O
PARAHYBANO

18 DE FEVEREIRO
DE 1892

O PARAHYBANO

ÓRGÃO DO POVO

ANNO I	Assignatura CAPITAL	PARAHYBA DO NORTE QUINTA-FEIRA 18 DE FEVEREIRO DE 1892	Assignatura INTERIOREESTADOS	N. 19
	Por mez. \$5000 Folha avulsa. 100 Pagamento adiantado		Por trimestre. \$5000 Editaes e apedido al. 100 Anuncio idem 60 rs.	

«O PARAHYBANO» PUBLICA-SE ÀS
TERÇAS, QUINTAS E SABBADOS.

GOVERNO DO ESTADO

ADMINISTRAÇÃO DA JUNTA GO-
VERNATIVA

Decreto n.º 14

A junta governativa do Estado, decreta:

Art. unico. As disposições do decreto n.º 6 de 23 de janeiro findo, devem ser assim comprehendidas: Seguindo pela estrada Gruta Feia até o engenho do cidadão José Pereira de Góes e d'ahi em linha recta por detrás do engenho do cidadão José Ignacio Pereira de Mello até a propriedade do cidadão Claudino Dias de Araújo, e sair nos limites do termo, sendo tudo o mais como no referido decreto; revogadas as disposições em contrario.

Palacio do governo do Estado da Parahyba do Norte, em 10 de fevereiro de 1892.

Claudio do Amaral Savaget
Eugenio Toscano de Brito
Joaquim Fernandes de Carvalho.

Decreto n.º 14

A junta governativa do Estado da Parahyba, attendendo que é insufficiente o pessoal da secretaria do governo para dar conta do serviço que corre pela mesma secretaria, como tem demonstrado a experiencia;

Attendendo que este facto tem sido reconhecido pelos governos anteriores que tem conservado sempre addido na mesma secretaria empregados do thesouro do Estado;

Attendendo que esta circumstancia não tem trazido prejuizo aquella repartição, cujo serviço continúa a ser feito regularmente, e nem contra a auzencia desses empregados tem até hoje reclamado o chefe daquella repartição, decreta:

Art. 1.º O pessoal da secretaria do governo compor-se-ha de:

- 1 Secretário
- 1 Official maior
- 3 Officiaes
- 3 Amanuenses
- 1 Archivista
- 1 Porteiro.

Art. 2.º Os vencimentos d'esses funcionarios serão os mesmos fixados na tabella n.º 7 do decreto n.º 47 de 29 de novembro de 1890.

Art. 3.º Ficam extinctos um lugar de praticante e de um guarda do thesouro do Estado.

Art. 4.º Revogão-se as disposições em contrario.

Palacio do governo do Estado da Parahyba, em 12 de fevereiro de 1892.

Claudio do Amaral Savaget
Eugenio Toscano de Brito
Joaquim Fernandes de Carvalho.

DIA 8

Portarias:

Exonerando o bacharel Antonio Francisco da Costa Filho do

cargo de promotor publico da comarca de Campina Granda e nomeando para o referido cargo o bacharel José Honorato da Costa Agra.

Exonerando de igual cargo da comarca de Pombal, o bacharel Joaquim Theophilo Agra da Silva e nomeando para substitui-lo o cidadão Antonio Justino de Oliveira Filho.

Communicou-se a thesauraria de fazenda e aos respectivos juizes de direito, para os fins devidos.

Considerando effectiva no respectivo magisterio, a professora publica interina da cadeira do ensino primario da povoação do Salgado, D. Angela Felicia Lins Civalcante.

Exonerando do cargo de professor interina da cadeira da villa de Misericordia D. Maria Pereira de Souza, e nomeando para reger interinamente o referido cargo D. Justina Emilia de Souza.

Exonerando de igual cargo da cidade de S. Luzia do Sabugy, D. Maria de Macedo Nobrega, e nomeando interinamente para substitui-la D. Aristona de Brito Guerra.

Exonerando de igual cargo da cidade de Pombal, D. Maria Olindina Dantas da Rocha e nomeando para substitui-la interinamente D. Hermina Horacio de Medeiros Nobrega.

Exonerando Nestor Amelio Arnaut do cargo de professor interino da cadeira da cidade de Pombal e José Francisco de Araújo Bastos, de igual cargo da villa de S. Luzia do Sabugy, e nomeando interinamente para aquella cadeira o cidadão Eneas Pedro de Souza e para esta o cidadão Fenelon Ferreira da Nobrega.

Remetteu-se as portarias ao dr. director da instrucção publica, para es fins convenientes.

Exonerando Tertuliano José de Medeiros do cargo de collector e estacionario fiscal da villa de S. Luzia do Sabugy, e nomeando para o referido cargo o cidadão Antonio Liberalino da Nobrega e para o de escrivão da mesma collectoria e estação fiscal o cidadão Ignacio Machado da Nobrega.

Exonerando dos de collector e estacionario fiscal da villa de Araruna, Antonio Pinheiro de Lima, e nomeando para substitui-lo o cidadão João Evangelista de Oliveira Galvão.

Exonerando do de estacionario fiscal da villa de S. Miguel da Bahia da Traição, Vicente Gomes Leitão, e nomeando para substitui-lo o cidadão Antonio do Rosario Padilha.

Exonerando do de collector e estacionario fiscal da cidade de Pombal, João Baptista Dantas de Assis e nomeando para o referido cargo o cidadão Antonio da Silva Pereira.

Exonerando do de escrivão da mesma collectoria e estação fiscal da cidade de Pombal, Menandro José da Cruz e nomeando para substitui-lo o cidadão Manoel Pedro de Souza Barbosa.

Remetteu-se as portarias ao

inspector do thesouro, para os fins devidos.

Exonerando, sob proposta do dr. chefe de policia, Francisco Themoteo de Souza, Manoel Lopes de Andrade, José Ferreira da Silva e Ignacio Ferreira, dos cargos de delegado e respectivos supplentes do termo de S. José de Piranhas, e nomeando para substitui-los os cidadãos Antonio Leite de Andrade, Manoel do Nascimento Figueiredo, José Thomaz de Aquino e Benevenuto de Souza Célho.

Exonerando dos de subdelegado e respectivos supplentes do districto do mesmo nome, José Roberto de Maria, José Antonio de Andrade, José Joaquim de Maria e Antonio Vieira Campos Neto, e nomeando para substitui-los os cidadãos Pedro da Silva Guerra, José Joaquim de Sant'Anna, Joaquim Nunes do Nascimento e José Alexandre da Silva Guerra.

Exonerando dos de 2.º e 3.º supplentes do delegado do termo de Misericordia, Josino Gomes Pereira da Silva e João Vieira de Souza e nomeando para substitui-los os cidadãos Andreino de Araújo Caldas e José Gomes Duarte Sobrinho.

Exonerando dos de 1.º, 2.º e 3.º supplentes do subdelegado do districto de Misericordia, Ernesto de Araújo Medeiros, Alfredo Graciano Pereira de Alexandria e José Gomes Duarte Sobrinho, e nomeando para substitui-los os cidadãos Josino Gomes Pereira da Silva, Jeronymo José de Paula e João Baptista Polycarpo.

Exonerando do de 1.º supplente do subdelegado do districto da Matta, do termo de Pombal, Vidal Fernandes Barbosa, e nomeando o cidadão Justino Alves Fernandes para o de subdelegado do mesmo districto e para o de 1.º supplente o cidadão Emygdio Leite da Silva.

Exonerando dos de subdelegado e 1.º supplente respectivo do districto de Paulista, Alvaro Pereira Monteiro e Juvencio Casado de Lima, e nomeando para substitui-los os cidadãos capitão Trajano Soares Barbosa e Antonio José da Silva.

Exonerando do de subdelegado do districto de Lagôa, Manoel Antonio Vieira, e nomeando para substitui-lo o cidadão José Pedro da Silva.

Remetteu-se as portarias ao dr. chefe de policia, para os fins convenientes.

Offícios:

Ao inspector da thesauraria de fazenda, communicando que em data de 19 de outubro do anno passado, o bacharel Firmino Correia de Mello, juiz municipal e de orfãos do termo de Alagôa do Monteiro, assumiu o exercicio do cargo de juiz de direito da respectiva comarca, deixando-o a 24 do referido mez, por tel-o assumido o effectivo, bacharel Joaquim Eloy Vasco de Toledo, conforme participou em officio das referidas datas.

Ao mesmo, communicando que em data de 4 do corrente mez o bacharel José Lucas Pires de Souza Rangel reassumiu o exercicio do cargo de juiz municipal e de orfãos do termo de Itabayanna, conforme participou em officio da mesma data.

Ao mesmo, communicando que em data de 4 do corrente mez o bacharel José Pereira Maia reassumiu o exercicio do cargo de juiz municipal e de orfãos do termo de S. Rita, conforme participou em officio d'aquella data.

Ao inspector do thesouro do Estado, communicando que em data de 1.º do corrente mez, o bacharel Joaquim Eloy Vasco de Toledo, juiz de direito da comarca de Alagôa do Monteiro, entrou no gozo de 30 dias de licença, que lhe foi concedida pelo superior tribunal da justiça do mesmo Estado, conforme participou em officio de 2 do referido mez.

Ao mesmo, sciencificando, que em data de 4 do corrente mez o bacharel Antonio Serrano Gonçalves de Andrade deixou o exercicio do cargo de juiz de direito da comarca de Guarabira, em virtude do decreto n.º 8 de 2 do mesmo mez, conforme participou em officio daquella data.

Ao mesmo communicando que em data de 15 de janeiro proximo findo, o bacharel Francisco de Paula e Silva Primo assumiu o exercicio do cargo de juiz de direito interino da comarca de Piancó, na qualidade de presidente da respectiva intendencia, conforme participou em officio da mesma data.

Ao mesmo communicando que em data de 5 do corrente mez, o bacharel Lauro Candido Soares de Pinho, deixou o exercicio do cargo de procurador da justiça da comarca de Guarabira, conforme participou em officio daquella data.

Ao mesmo, recommendando que providencie no sentido de serem pagas pela collectoria da cidade de Bananeiras, as despesas feitas com a diaria dos presos pobres, recolhidos a cadeia publica daquella cidade conforme solicitou o delegado de policia do respectivo termo.

Communicou-se ao mesmo delegado, em resposta ao seu officio de 1 do corrente mez.

Ao superintendente da estrada de ferro Conde d'Eu, recommendando que por conta do Estado faça dar passagens desta capital á estação de Mulungú, a um official e 27 praças do 27 batalhão de infantaria, que seguem em diligencia ao interior do mesmo Estado, sendo de 1.ª classe ao referido official e seis cadetes e de 3.ª as demais praças.

DESPACHOS

Luiz Lopes Pereira.—Acci-te-se a desistencia.

Officio do dr. chefe de policia interino e Manoel Henriques de

O PARAHYBANO

DR. EUGENIO

Enviou-nos este nosso distincto amigo, illustre membro da junta governativa, o seguinte artigo, respondendo aos ataques que hontem lhe dirigio o órgão representante da malfadada olygarchia Neiva.

Pro domo é o titulo dado pelo Estado de hontem a uma local em que diz que eu acabava de legislar para mim, creando a gratificação de 50\$000 rs. mensaes para os professores do externato, de cujo corpo docente faço parte.

Aos cavalheiros que redigem a folha opposicionista eu faço a justiça de supôr que conhecem

elles o que se deu com o externato normal durante a administração do dr. Venancio, e que leram o dec. n.º 13, e sendo assim, o intuito unico, exclusivo da aludida local foi ferir-me, chamando sobre minha pobre individualidade a odiosidade publica; é, pois, ao publico que me dirijo.

Em principios de 1890 o então director da instrucção publica, o meu distincto amigo dr. Rodolpho Galvão, entendendo-se commigo e meus collegas, por parte do dr. Venancio Neiva, disse-nos ser tenção d'aquelle ex-governador acabar com o externato normal, visto ter necessidade de diminuir as despesas publicas; mas que elles contavam connosco para que não fosse extincta tão util instituição, offerecendo-nos ao governo para leccionar gratuitamente, até quando o Estado podesse pagar-nos a gratificação a que tinhamos direito.

Assim o fizemos.

Durante o anno de 1890 tudo correu bem; em 1891, porém, os professores, seja pelo facto da gratuidade do ensino, seja porque vissem ser improficuo o sacrificio que faziam, principalmente com a criação de grande numero de cadeiras primarias, nas proximidades das eleições, havidas, foram pouco e pouco abandonando o externato, de sorte que no anno findo nem siquer foram annunciados exames!

Estava, portanto, morta aquella bella instituição e que tão merecidos elogios recebera dos antecessores do dr. Venancio,

liberaes e conservadores, como consta de seus relatórios.

Honrado com a confiança de meus concidadãos para fazer parte do actual governo, volvi minhas vistas para o extermato normal, e resolvi pôr em pratica não só a reforma pela qual reclamei por mais de uma vez quando seu director, como determinar que os professores continuassem a perceber a gratificação que tinham, sem o que impropria seria a reforma.

Eu não creio, como inverdica-mente diz o *Estado*, a gratificação de 50000 mensaes: esta a percebiam os professores desde a fundação d'aquelle estabelecimento, em 1886; e basta para isto attender-se a disposição do art. 11 do dec. n.º 13:

«Art. 11. Os professores do extermato CONTINUARÃO a perceber a gratificação de que trata a tabella annexa ao Reg. n.º 33 de 23 de Janeiro de 1886».

Convém ainda notar que, em lugar de augmentar, a despeza foi diminuida, apesar de terem sido creadas mais duas cadeiras, a de Francez e a de Calligraphia.

Com effeito: quando nós, professores do extermato, nos offerecemos, *ex-vi* do convite feito, para leccionar gratuitamente, o Estado despendia annualmente com o extermato 42000000, e com a reforma realisada váe despendendo 34000000, visto ter sido unida a cadeira de Calligraphia a de Portuguez, e a de Francez a de Pedagogia e ter-se aproveitado as duas distinctas professoras da cadeira annexa, as exm.ªs sr.ª d. d. Amalia Garcez e Olivia Figueiredo, diplomadas pelo extermato, para leccionarem desenho e musica, com a gratificação annual de 2000000.

Ora, pergunto eu, por causa de 3.400.000 annuaes devia-se deixar morrer a melhor instituição de ensino existente entre nós e que melhores resultados tem dado? Não sabe o publico quantas familias hoje estão ao abrigo da miseria somente devido a quella instituição?

E' alli que a filha do pobre encontra gratuitamente uma educação mais que regular e garante, com a conquista do diploma de professora, o futuro de seus pais.

Certo que o extermato normal, que nunca recebeu as honras de uma visita do ex-governador, não é instituição para filhas de nababos, e talvez que só por isso não agrade ella aos redactores do *Estado*.

Parahyba, 17 de Fevereiro de 1892.
Eugenio Toscano de Brito.

Chuvvas

Escrevem-nos da Serra da Raiz, dizendo que cahira alli copiosissimas chuvas, sendo que houve pontos do termo onde durante o inverno do anno findo nunca juntara tanta agua como agora.

Bills e visões

Está conhecida a molestia que motivou a viagem do sr. dr. Argemiro de Souza, juiz substituto federal e redactor do órgão dissidente, ao Recife: s. s. foi alli somente calumniar a junta governativa!

A transcrição que fez antehontem o *Estado* de um artigo-te da *Provincia*, e que já tinhamos lido, nos teria dado por certo o diagnostico da molestia de que achase atacado o illustre moço, se a sua pallidez torresca, junto a um facies sombrio e hypochondriaco, não fossem reveladores de um grande derramamento de bills! e já tendo de sobra despejado-a aqui no *Estado*, conseguindo apenas despertar um pouco de commiseracao de quantos liam os seus academicos artigos e insulsas glosas, foi derramada na *Provincia*, a verso lá, ao longe, produzia ella algum effeito!

Onde leu, onde viu, onde constou ao sr. dr. Argemiro que foram depostas as intendencias de Ingá, Alagôa Grande e Alagôa Nova? Que movimento popular é esse, de que falla o sr. dr. Argemiro, que estenle-se por todo o Estado?

A excepção do que se deu em Arêa, onde entretanto, segundo as ultimas noticias, os animos achavam-se calmos, a cidade em completa paz, graças ao criterio do dr. chefe de policia e, devemos diz-lo, a calma da opposição, que movimento mais houve no Estado?

Que revolução popular é esta de que falla o sr. dr. Argemiro, e á qual a junta governativa assiste de braços cruzados?

O estado pathologico do sr. dr. Argemiro faz-lhe ver tudo amarello, e o cerebro, em desequilibrio em virtude desse mesmo estado, crea-lhe essas phantasticas visões! Só nos arreliamos que o sr. dr. Argemiro, victima afinal dessas phantasias psychicas não seja elle proprio quem se apresente de durindana a destruir os moinhos de vento.

Se isto succeder, resta-nos apenas o desprazer de lastimar mais uma victima do dr. Venancio Neiva...

Confiamos, porém, que os ares do Recife e a deslocação de meio curarão o dr. Argemiro, que ainda poderá prestar bons serviços á sua terra natal.

A junta governativa nomeou o bacharel Augusto Cabral de Albuquerque Vasconcellos para o cargo de promotor publico da comarca de Pedra Lavrada.

Auginho

Falleceu antehontem nesta cidade a innocente Augusta, filha do nosso amigo Augusto Camará Correia de Sá, amanuense da secretaria de policia.

Arthur Achilles

Publicamos em seguida a bem redigida carta que este nosso patricio dirigiu-nos em resposta ao apello que á sua honrada palavra de cavalheiro fez o *Estado do Parahyba*.

ILLUSTRES REDACTORES DO «PARAHYBANO»

De volta da praia do Bessa, onde me acho applicado a trabalhos agricolas, tive de ler hoje as edicções do vosso jornal e do «Estado do Parahyba» de 11 e 13 do corrente mæz, deparando em ambas com referencias directas a minha humilde individualidade, na discussão em que vos achais empenhados, com o intuito de tirar a limpo o motivo determinante da suspensão de diversos artigos de nossa imprensa, durante a administração do sr. dr. Venancio Neiva, terminada felizmente a 27 do dezembro ultimo.

Retirado da agitada vida da imprensa, a que não pretendo voltar inopportunamente, não devo entretanto escusar-me a explicações necessarias, tanto mais quanto a ellas sou obrigado por um apello formal a minha palavra de cavalheiro, como, no caso vertente, acaba de fazer o *distincto redacção da*quelle órgão republicano.

Na qualidade de redactor e director, que fui, da «Voz do Povo» — e somente neste caracter me é dado fallar — sabido é que não poupei esforços na campanha opposicionista que, sem olhar consequencias, movio ao governo do ex-governador Venancio Neiva; entendi que era ella uma necessidade e emprehendi-a certo de que teria de haver-me com as iras de um satrapa omnipotente, acostumado a agir sem fiscalisação, convencido de que para tal disponha dos meios que lhe proporcionava a dictadura. Não me enganar, e logo aos primeiros numeros da modesta folha cheguei a evidencia de que o *el supremo* já não gosava da mesma paz de espirito anterior ao meu apparecimento na arena jornalística.

Assim é que, por mais de uma vez, fui aconselhado, por amigos, a retroceder do caminho encetado, afim de evitar um desforço, talvez pessoal, que o governo apparelhava em relação a mim; não me deixei, porém, intimidar, porque acima de tudo eu collocava a minha dignidade. A unica medida de precaução que julguei acertado tomar foi a denuncia publica das sinistras intenções officiaes, e esta cidade deve estar lembrada dos artigos que estampeei na «Voz do Povo» relativos aos boatos alarmantes, quanto ao pretenido quebraamento da respectiva typographia.

Em um d'esses artigos cheguei até a responsabilisar determinados cidadãos por tudo quanto me podesse acontecer, tendente a coactar minha liberdade de pensamento.

E, facto notavel, apoz caia uma das minhas denuncias, como que se modificavam os espiritos enfiados de quantos, com sciencia ou insciencia do sr. dr. Venancio, conspiravam nas trevas, contra a marcha placida e desassombrada d'aquelle, que em todos os tempos e em todos os povos, constitue a principal alavanca do progresso e a imprensa moralizada e independente!...

Não sei se o ex-governador tinha realmente intenção de fazer desaparecer a «Voz do Povo» por uma violencia; mas tenho plena certeza de que essa violencia foi concertada sob sua administração e quero crer que para sua não execução muito influiu o ter-se propalado ser a distincta officialidade do 27 batalhão solidaria commigo na redacção da folha.

Embora não passasse essa asseveração de uma calumnia, julguei prudente não contestal-a, porquanto comprehendese perfeitamente que seria inepticia de minha parte não explorar um facto que, apoz de imaginario, abrangia a grande vantagem de garantir-me.

D'ahi, de minha não contestação á calumnia, a transferencia de todos os distinctos officiaes daquelle batalhão, como quaes, cumpre-me de e a r a r, mantinha apenas simples relações de amizade particular.

Dispersados esses elementos a que o officialismo attribuia a fortaleza da «Voz do Povo», novos boatos do ataque a minha liberdade reproduziram-se: mas eu continuei na minha faina de opposicionista, já então dispondo mais ou menos das sympathias populares, e conseguin-temente de um meio seguro para impôr-me ao respeito dos meos adversarios, que certamente não ignoravam poder eu, caso fosse desacatado, promover uma reacção identica a que operou-se no estado das Alagôas.

Nestas condições, eis que surge o golpe de estado, que atirou novamente o paiz nas garras da dictadura do general Deodoro: comprehendi que esse facto, victimando as garantias individuaes em todo o paiz, teria sua natural repercussão n'este Estado e impreterivelmente me attingiria: então e só então, sentindo-me doente, resolvi retirar-me da «Voz do Povo», suspendendo ella, dias depois, e definitivamente sua publicação.

Eis a historia fiel e irrefutavel da existencia da «Voz do Povo».

Fiz opposição ao governo do sr. dr. Venancio Neiva, filha, apoz da pressão e ameaça, que,

por muitas vezes, me surgiram de origem official.

Parece-me, illustres redactores, que tenho, d'estarte, satisfeito a vossa expectativa bem como a da distincta redacção do *Estado do Parahyba*, de cujas honrosas expressões me confesso agradecido.

Subcrevo-me
Vosso confiante e apreciador

Arthur Achilles dos Santos.

Por terra!

O professor publico Manoel José Alves Branco foi jubilado por ter o seu direito garantido pelo regulamento n.º 36 de 26 de junho de 1886, art. 42 que diz «que os professores publicos que contarem mais de 25 annos de exercicio, e forem julgados idoneos so continuarão no magisterio se assim o quizerem».

Foi o caso do professor Alves Branco.

O sr. Antonio Castano foi aposentado no lugar de continuo do thesouro por ter, em inspecção medica, composta dos srs. drs. Silva Mariz, Lima Filho e Miroja, inaspeitos ao *Estado*, sido julgado incapaz de continuar no servico activo, encontrando assim o seu direito garantido pelo art. 4.º da lei n.º 698 de 8 de novembro de 1880, que diz:

«As aposentadorias somente se concederão aos empregados provinciaes ou municipaes quando se tenham tornado incapazes de continuar no exercicio de seus empregos: 1.º por decrepitude; 2.º por molestia contagiosa e incuravel; 3.º por cegueira, lesão cerebral, impossibilidade de locomoção ou outro qualquer defeito physico, que o impossibilite de exercer o emprego, permanecendo estas causas por um anno ou mais».

Foi o caso do sr. Antonio Castano, que requereu a sua aposentadoria e foi julgado incapaz — antes de promulgada a constituição de 5 de agosto, estando ha mais de um anno impossibilitado de continuar a exercer as funções de seu emprego.

Felizmente para a junta governativa a opposição da-lhe sempre ensejo para mostrar a correcção de seu procedimento e a justiça que preside aos seus actos, cahindo por terra todas as censuras que lhe são feitas.

Foi exonerado, a pedido, do cargo de contador, distribuidor e partidador do juizo o sr. Frederico Augusto Neiva, sendo nomeado para substitui-lo o sr. João Francisco da Veiga Cabral.

Do sul

Chegarão hoje do Rio de Janeiro os nossos talentosos co-estadanos drs. Alvaro Lopes Machado e João Coelho Gonçalves de Lacerda.

Mais uma...

Não é capaz o *Estado* de apresentar um só prova, seja de que natureza for, de que os membros da junta governativa tem mandado assoalhar para o interior que o nome do dr. Alvaro Machado fora por elles indicado para governador do Estado: desafiemos a que o fucar; então apellamos para a dignidade do collega, porque tem sido em vão o nosso apello a tão nobre sentimento sempre que o *Estado* não se com uma das suas calumnias.

Outra

E' inexacto, como afirma o *Estado* que nenhum dos membros da junta governativa (*trampo* foi a expressão que, com muito chiste, empregou o *Estado* que conhece o dr. Alvaro Machado: conhecem-no dous d'elles, sendo que o coronel Saraget foi collega do dr. Alvaro na escola militar do Rio.

Demos de barato, porém, que assim fosse, perguntamos a que tem as nossas calças commo os rapazes do *Estado*?

Vicente Ferrer

O *Estado* não conhece o nosso distincto amigo, capitão Vicente Ferrer de Carvalho, digno administrador da mesa de rendas de Mamanguape: se o conhecesse faria certamente d'elle outro conceito.

O capitão Vicente Ferrer não era caixeiro, mas gerente de um importante casa commercial d'aquelle localidade; e que fosse caixeiro, era isto por ventura deshonra? Não é esta uma profissão tão ou mais nobre do que a de escripturadores de chocalhices?

A nobre e distincta classe caixeiral que agrada a folha dissidente o desprezo com que a trata, e isto para elevar os rufões que em Mamanguape foram privados dos cargos publicos.

Finalizando, convem dizer que o capitão Ferrer não é príctico, como insinua o *Estado*, de um dos membros da junta governativa.

Cadeira de Lucena

O dr. Eugenio não conhece nem sabe quem era o professor da cadeira de Lucena, que foi extincta, não só porque regular-mente não procedia o mesmo professor, como por ser muito diminuta a frequencia.

Se porventura o movel da supressão da cadeira fosse inimisade do dr. Eugenio para com o ex-professor, bastava, se para elle se dignasse olhar aquelle nosso amigo, demittir-o, pois era professor interino.

Seja tudo pelo amor de Deus!

JURISPRUDENCIA

O NOVO CODIGO PENAL

V

DELICTO CONTINUADO

Disse eu hontem que a disposição do novo código penal, acerca do delicto continuado, cuja noção promuei esclarecer, era um horror: vou provalo.

Quando li o código pela primeira vez e de furada confesso que não me apercebi dos dissacates que aquella rescoita continha e como isso pôde acontecer a outros, vou pô-las a n.º, os dissacates, afim de mais uma vez provar a incompetencia de quem o fez e despertar a attenção dos que podem ainda dar-lhe o destino que merece, que é vir a ficar sendo um documento biographico dos pretensos juriscultos que o elaboraram e quizeram ter a nomeada de *Estado* ou de Omar, sendo logo clandesina e precipitadamente na solidão intellectual de seus cabinetes, no compendio de legislação, mais bem acabada, que nos deixou a monarchia, segundo a união do ex-ministro da justiça.

Ora vejamos. No § 1.º do art. 61, o novo código aceita o principio do anterior, determinando que quando o criminoso for convencido de mais de um crime, imputado nas penas estabelecidas para cada um d'elles.

E o caso do concurso material de delictos, muitas violações do lei penal commettidas distinctamente quanto á resolução e quanto á acção.

Este principio só tem a restrictão consequente e derivada da limitação estabelecida para a pena restrictiva da liberdade, que não vai além de 30 annos, segundo o novo código.

Muito bem. Vejamos agora o que estatue o § 2.º do mesmo art. 61. Elle o:

«Quando o criminoso tiver de ser punido por mais de um crime da mesma natureza, commettidos em tempo e lugar differentes, contra a mesma ou diversa pessoa, imputar-se ha no máximo a pena de um só dos crimes, com augmento da 6.ª parte.»

Cuidel que se tratasse do delicto continuado quando fize a primeira leitura d'este paragrafo, principalmente porque pareceu-me que a pena era diminuida com relação á accumulacão estabelecida no precedente, e porque, como vimos, a doutrina da continuacão foi ideada para favorecer, e razoadamente, os réus.

Não vendo, porém, a nota caracteristica que distingue o delicto continuado da reiteracão ou pluralidade de delictos homogeneos, que é, como vimos, e sustentam todos os criminologistas, a unidade da resolução criminosa, coisa que o auctor do novo código não pôde desconhecer, excoetando outra interpretação, o combinado dos dous paragrafos do art. 61.

O § 1.º trata do concurso material de delictos de diversa especie, o § 2.º da reiteracão ou concurso de delictos da mesma especie, isto é, que offendem o mesmo direito tutelado pela lei penal.

Quando os delictos concurrem-tes forem, por exemplo, um furto e uma lesão pessoal, applicar-se ha a disposição do § 1.º; quando forem dous furtos, applicar-se ha o § 2.º.

Fiquei maravilhado, porque, parecendo-me mais benigna a pena do § 2.º, não atinei com o motivo que teve o legislador para beneficiar a classe mais perniciosa de criminosos, os habi-

tuas, que revelam com a reiteração o seu caracter perigoso, a sua temibilidade, e que tem sido objecto dos mais acurados estudos por parte dos penalistas que se filiam á escola anthropologica.

Para penetrar na mente sybilica do legislador, devia partir da apreciação das penas impostas ás hypotheseas distinctas figuradas nos dous paragrafos. Se a pena do § 2.º fosse mais branda, eu devia concluir que o legislador cogitou do delicto continuado, segundo os códigos da Italia, da Toscana e outros, bem como a torrente dos criminalistas, havendo, porém, se enganado, por lasso no delinear a figura desse delicto.

(Continúa)

Como seria differentel...

Acto de prepotencia e baixa politica foi como classificou o *Estado* a demissão do administrador e escriptor da mesa de rendas de Mamanguape; entretanto, quando o sr. Venancio demittiu d'aquelles cargos o dr. Pedro Velho do Rego Mello e Vicente Ferrer de Carvalho, a imprensa...

Ah! aquella encho não havia intenção para qualificar de prepotencia e de baixa politica o acto do sr. Venancio: este tinha acabado com os órgãos opposicionistas, e só havia o *Estado* para thrifural-o diariamente.

Entretanto, se os nossos amigos tivessem conseguido um accordo na politica de Mamanguape, de que era uma das preliminares — apresentadas pelo dr. Franklin a conservacão de administrador da mesa de rendas, sob garantia de que o sr. Assumpção trabalharia a avoaria (alhis bem dispensavel) o governo actual, como diversos não seria hoje a linguagem do órgão dissidente!

S. Casa de Misericordia

Um dos membros da junta governativa ao negou-se pe-remptoriamente, como affirmo o *Estado*, a uma commissão que procurou-o, a dar dinheiro a Santa Casa de Misericordia: disse-lhe sim que, em quanto não se completasse os 40 contos do Banco do Brazil era impossivel retirar qualquer quantia do cofre, prometendo entretanto dar 50 000 logo que aquelle compromisso fosse satisfeito.

Cousa differente disto não pôde affirmar os dous cavalheiros que procuraram o dr. Eugenio para aquelle fim: nós o garantimos.

Sahiu hontem do Recife para este porto o vapor nacional-*O-linda*

SERVIÇO MILITAR

DIA 17

Ronda a guarnição o sr. alferes Manoel Garcia.

Estado maior o sr. capitão Coussouro.

A guarnição da cidade foi dada pelo 27 batalhão de infantaria com o uniforme n.º 7 excepto a guarda da cadeia que foi dada pelo corpo de policia.

DIA 18

Ronda a guarnição o sr. alferes Lima Botelho.

Estado maior o sr. tenente Getulio.

O 27 batalhão de infantaria dará a guarnição da cidade com o uniforme n.º 6 a excepção, porém, da guarda da cidade que será dada pelo corpo de policia.

APENDIDOS

Club Astréa

Em nome da directoria, scientifico aos srs. socios de que a socie mensal terá lugar, sabado 27 do corrente.

Parahyba, 13 de Fevereiro de 1892

Jonathas de Sá Leitão.

Secretario

AO publico

Aureliano Soares da Silva, proprietario e negociante domiciliado em S. Miguel de Itaypu, do municipio de Pedras de Fogo, havendo, por ponderosos motivos pessoais e razoaveis interesses particulares, de retirar-se d'aquelle localidade, resolve vender por preço modico todas as mercadorias do seu estabelecimento mercantil, consistente em secos e molhados, utensilios de padaria e pertencas (servico completo), bem como duas boas casas contiguas, uma propria para residencia e a outra para o industria commercial, onde tem estacionado o mesmo estabelecimento, casas essas que, conforme convier, tambem alugará.

E' negocio de grande vantagem para todo aquelle que, adessuando-se á vida profissional do commercio, quizer commerciar, em condições razoaveis, a proprietario annunciante, com quem deverão tratar quaesquer proponentes, n'aquelle mesma localidade.

Parahyba, 3 de Fevereiro de 1892.

Aureliano Soares da Silva.

AO publico

Declaro ao respeitavel publico e principalmente aos foreiros e inquilinos dos terrenos e predios pertencentes a este Mosteiro, que a procuradoria do mesmo Mosteiro desde o dia 12 do corrente achase a cargo do cidadão Antonio Frederico Bouttemmuller.

Mosteiro de S. Bento, 12 de fevereiro de 1892

Fr. Manoel do Espirito Santo Martinho.

AO publico

Declaro ao respeitavel publico e principalmente aos foreiros e inquilinos dos terrenos e predios pertencentes a este Mosteiro, que a procuradoria do mesmo Mosteiro desde o dia 12 do corrente achase a cargo do cidadão Antonio Frederico Bouttemmuller.

Mosteiro de S. Bento, 12 de fevereiro de 1892

Fr. Manoel do Espirito Santo Martinho.

AO publico

O conselho de indencia municipal da capital, faz publico, que se acha em execução o al-
to de 10 de junho de 1892

d'agua e limas pelo intrudo bem como se está procedendo a colecta dos que venderem borracha para limas, cujo imposto foi reduzido para cem mil réis. E para constar, eu Antonio Jeronymo Monteiro, secretario do conselho, escrevi o presente, aos 17 de Fevereiro de 1892.

O presidente

Cícero Brasileiro Moura.

O secretario

Antonio Jeronymo Monteiro.

N.º 10

Tendo o conselho de indencia municipal desta capital, em sessão de 13 deste mæz resolvido mandar arrematar a condução de lixo de casas particulares e limpeza das ruas provida-se pelo presente, proponentes para dentro do prazo de 20 dias apresentar suas propostas mediante as seguintes condições:

Todas as semanas, em dia que será designado, serão postos, em horas conveniencadas, carroças apropriadas para recolherem das casas, das ruas calçadas todo o lixo existente e transportal-o ao lugar que a mesma intendencia designar. Da mesma forma as carroças farão a condução de lixo existente nos lugares, que forem designados e nas ruas não calçadas.

O contractante será ainda obrigado a fazer a limpeza das ruas calçadas uma vez por semana. No fim de cada mæz receberá o contractante da intendencia a prestação relativa ao mæz que findar mediante attestado do fiscal do respectivo districto.

Os proponentes deverão apresentar as suas propostas assignadas por elles e seus fiadores em carta fechada com o respectivo preço.

E para constar eu Antonio Jeronymo Monteiro, Secretario do Conselho o escrevi.

Pago do Conselho de indencia municipal da capital em 17 de Fevereiro de 1892.

O Presidente

Cícero Brasileiro Moura.

O Secretario

Antonio Jeronymo Monteiro.

Cartas de editos

O cidadão Jacintho José da Cruz, Segundo suplente em exercicio do juiz d'orphãos da Comarca da Capital do estado da Parahyba do Norte &

Faço saber, que tendo de proceder-se a inventario dos bens que ficaram por fallecimento do tenente Antonio Emiliano Henriques, e verificando-se dos respectivos autos não terem sido devolvidas as precatórias ou se expedirão para a capital federal e S. Paulo, para effação dos herdeiros alli residentes, que são o alferes do 1.º Regimento de Cavallaria Antonio de Lemos Henriques e Adolpho de Lemos Henriques, e não convindo retardar o inventario, que tem sua marcha abreviada, como meio subsidiario, ordenei que se passasse a presente, pela

Qual oito e hei por citados os mesmos herdeiros, e as herdeiras D. Francisca de Lemos Henriques casada com Cyrillo Cavalcante d'Albuquerque e D. Teuliana de Lemos Henriques, cada uma com Antonio Joaquim de Mello, e residentes esta na comarca de Pedras de Fogo e aquella na de Itabayanna deste Estado para no prazo de 30 dias sob pena de revelia, comparecerem ante este juizo por si ou por seus procuradores, afim de se darem por notificados para verem iniciar-se o precitado inventario designado para o dia 21 de Março vindouro e os demais termos até o julgamento de partilha.

E para constar será a presente carta de editos affixada no lugar do costume e publicado pela imprensa.

Cidade da Parahyba do Norte, em 15 de Fevereiro de 1892. Eu Maximiano Aureliano Monteiro da Franca, escrivão substituto d'orphaes o escrevi.

Jaesinto José da Cruz

N. 6

D'ordem do Conselho de Intendencia Municipal desta Capital, faço publico, que em sessão do mesmo Conselho, no dia 25 do corrente mez, ás 12 horas da manhã, serão arrematados por quem mais der, os impostos de coqueiros no municipio, dizimo do pescado e 2\$000 por carga de aguardente. Secretaria do Conselho de Intendencia Municipal da Capital, em 15 de Fevereiro de 1892.

O Secretario.

Antonio Jeronymo Monteiro

N. 7

O Conselho de Intendencia Municipal desta Capital, faz publico que está em vigor a prohibição de se edificar e reedificar cazas de palha dentro do circulo da mesma capital. Paço do Conselho, em 15 de Fevereiro de 1892.

O Presidente

Cicero Bráziense Moura

N. 8

O Conselho de Intendencia Municipal desta capital, faz publico, que em sessão de 13 do andante resolveu crear os impostos seguintes: 100 reis sobre sacca de milho, feijão, e caroco de algodão que for embareado para fora deste Estado, e 2\$000

reis annuaes por casa habitada nas ruas calçadas, pago pelos moradores, com applicação exclusiva a limpeza da cidade. E, para constar, eu Antonio Jeronymo Monteiro, Secretario do conselho o escrevi aos 15 de Fevereiro de 1892.

O Presidente

Cicero Bráziense Moura

AVULSOS

CIRURGIÃO DENTISTA

Antônio de Abreu, assáz conhecido n'este Estado por seus trabalhos, productos de aturado estudo e longa pratica, possui topicos especificos para o tratamento das gengivites, odontalgias e neuralgias dentarias, com os quaes garante a cura radical, ainda mesmo das mais agudas. Tambem extrahes dentes sem dor, em virtude d'um poderoso anestesico ultimamente descoberto, limpa os dentes cobertos de tartaro e obtura os cariados com os melhores amalgamas conhecidos, e colloca dentaduras pelos systemas mais modernos e aperfeçoados.

Poderá ser procurado em sua residencia á rua d'Alegria n.º 15, prestando-se á chamado do interior mediante ajuste.

Estado da Parahyba, 18 de fevereiro de 1892.

(6)

ENGOMADEIRA

Lava-se e engoma-se, com perfeição, á rua do Carro n.º 7 C e rua das Trincheiras n.º 26.

(2)

COMMERCEIO

Alfandega

RENDA GERAL

De 1 a 17 20:607\$363

De hontem 374\$979

RENDA DO ESTADO

De 1 a 17 4:009\$008

De hontem 13\$190

PAUTA SEMANAL

De 15 a 20 de fevereiro de 1892
Preços dos generos sujeitos a direitos de exportação:

Aguardente de canna, litro 200 reis

" " mel " 150 "

Algodão em rama kilo 583 "

Algodão em fio, kilo 650 "

Arroz em casca idem 060 "

" descascado idem 180 "

Assucar branco idem 300 "

" refinado branco 400 "

" mascavado id 240 "

" bruto idem 146 "

Borracha de mangabeira idem 1000 "

Café bom idem 900 "

" retalho idem 800 "

" torrado idem 1300 "

Cal idem 050 "

Carne de xarque id 400 "

Charutos bons, em caixa, cento 4800 "

ordinarios 4800 "

Couros de boi kilo 400 "

Itens de modesta



José Gonçalves da Justa Araujo

1.º anniversario

Pedro Beckman e Maria Beckman, primos e madrinha, mandam rezar na capella do cemiterio as 7 horas da manhã do dia 18 do corrente, uma missa pelo eterno descanso da alma do finado José Gonçalves da Justa Araujo.

Parahyba, 16 de fevereiro de 1892.

ADVOGADOS

Ivo Borges e F. Chateaubriand.

Escritorio - Rua Marquez do Herval n.º 53.

Aluga-se

A casa n.º 57 á rua da Areia, tendo comodo para grande familia e cacimba, á tratar: a rua Duque de Caxias n.º 35.

(2)

PHARMACIA AMERICANA

BAPTISTA JUNIOR & COMP.

Esta antiga e bem conhecida Pharmacia está sempre provida de grande e variado sortimento de drogas, productos chimicos, grande colleção d'alcaloides e especialidades harpmaceuticas nacionaes e estrangeiras.

Despacha receitas a qualquer hora do dia ou da noite com toda pericia e grande presteza para o que dispõe de um pessoal muito habilitado capaz de bem servir ao publico correspondendo a merecida confiança que goza dos Srs. Medicos.

A Pharmacia Americana é a unica agencia n'este Estado do afamado PEITORAL DE CAMBARÁ onde se vende pelos preços da Fabrica.

Tintas, oleo, pinceis e vernis tudo se encontra na PHARMACIA AMERICANA a rua Maciel Pinheiro 249

CERVEJA

Receberão pelo vapor Inglez «Merchant» as seguintes marcas:

HYGIENICA DENOMINADA CLUB ASTREA

PLISEN BLANCHE DENOMINADA MOSSINHA

SANTA BARBARA

Estão na pontissima estas marcas de Cerveja, e são de um paladar magnifico.

Appareção rapaziada, tragão dinheiro.

Figueiredo Junior & C.

MUITA ATENÇÃO!

LOJA DAS EMPANADAS

RUA MACIEL PINHEIRO 51

Este acreditado estabelecimento acaba de receber um completo e variadissimo sortimento de fazendas composto de tudo o que há de mais chic e moderno e chama em especial a attenção das exm.ºs. familias para o importante sortimento de SEDAS DE CORES e cortes de CACHIMIRA bordados a seda, proprias especialmente para bailes e casamentos, e que se recommendão não só pela excellente qualidade como por ser de muita phantasia.

Preços modicos.

Dão-se amostras.

LOJA DAS EMPANADAS RUA MACIEL PINHEIRO 51

DESPENSA FAMILIAR

RUA MACIEL PINHEIRO N.º 19A

Grande e variado sortimento de seccos e molhados, como sejam doces de diversas qualidades, confeitos, geleia, e muitas outras especialidades.

Vendas a dinheiro para livrar os «Callos» sem ser dos pés.

Brevemente daremos a nota dos fabricantes (dos mesmos) se assim formos obrigados, e fiquem prevenidos para não h. ver queixas depois, que estamos resolvidos a tornar-nos de pedra e cal.

CUSTODIO FIGUEIREDO & C.

Typ. do Jornal da Parahyba, Rua Direita n.º 53

outros	idem 1000	"
Cigarros	milheiro 7000	"
Doce de goiaba	kilo 800	"
Fumo bom em folha	kilo 900	"
" ordinario	id 700	"
" em rolo	id 900	"
" picado	id 1200	"
" desfiado	id 5100	"
Feijão, litro	100	"
Farinha de mandioca idem	650	"
Genebra idem	400	"
Milho idem	650	"
Ossos kilo	026	"
Pannos d'algodão id	800	"
Pontas de boi idem	100	"
Queijos qualquer qualidade idem	1000	"
Rapé idem	1000	"
Sabão idem	333	"
Sal litro	30	"
Sementes d'algodão kilo	013	"
	010	"
Tartaruga idem	3000	"
Unhas de boi idem	100	"
Vellas stearinas kilo	1000	"
Vinagre tinto litro	200	"
" branco idem	400	"
Vinho branco idem	300	"
Vella de cera kilo	1600	"
Alcool litro	300	"
Graxa e sebo kilo	400	"

Vapores esperados

«Olinda» do sul	hoje
«Espírito Santo» do norte	a 20
«Alagoas» do sul	a 25
«Porto Alegre» do norte	a 27